

## POUPANÇA EM TÍTULOS DO TESOURO

**1/14 AVOS PARA TODOS:**

● OS TRABALHADORES SOBRE O 13.º MÊS

● OS RESTANTES SOBRE O IMPOSTO COMPLEMENTAR

ENDO em parte ao encontro do que fora preconizado pelo «Diário Popular», o Governo decidiu ontem alterar o esquema de poupança forçada que anunciara há algumas semanas, e que vinha sendo alvo de diversas críticas por parte dos partidos e sindicatos.

Assim, para além de se tratar agora de uma proposta de lei a votar na Assembleia da República em lugar do anunciado decreto governamental, o esquema passará a incidir apenas sobre 1/14 avos dos rendimentos das pessoas singulares sujeitas a

imposto complementar» e sobre 1/14 avos do subsídio de Natal. Anteriormente, a poupança forçada abrangia a parte do subsídio de Natal superior a sete mil escudos e 1/14 dos rendimentos anuais superiores a 120 contos.

A proposta de lei será hoje mesmo enviada à Assembleia da República.

O Governo decidiu ainda aplicar os dinheiros assim recolhidos «na realização de projectos de habitação social a aprovar pela Assembleia da República», exactamente como fora sugerido pelo nosso redactor Adelino Cardoso.

Pág. 5

**dp especial**  
Eleições  
para  
as Autarquias

SETÚBAL e SANTARÉM

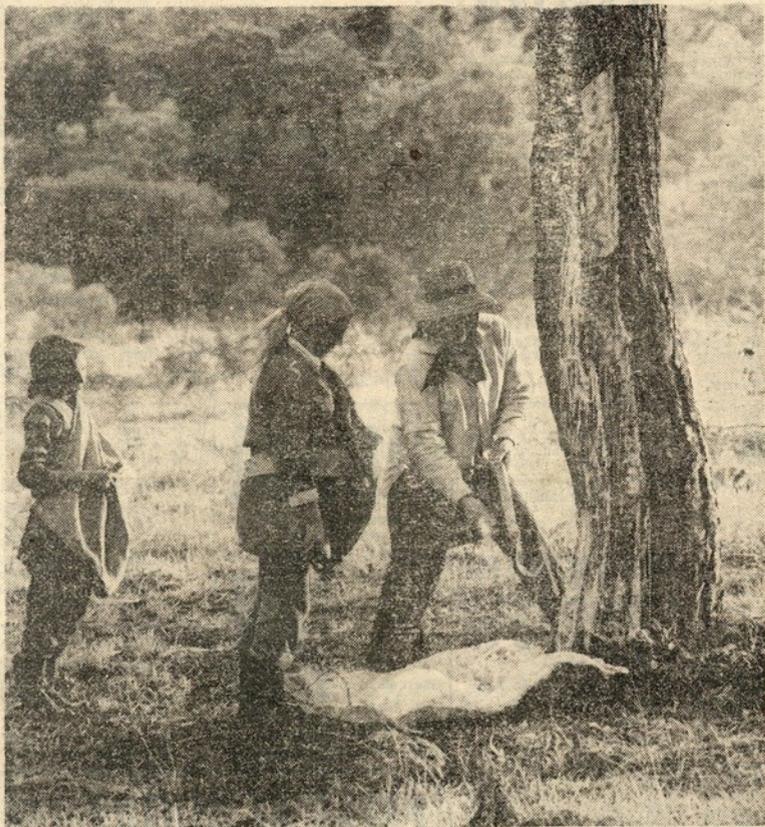
**DESÂNIMO e DESCONFIANÇA**

Foto de MIRANDA CASTELA

Destacável

**Possível  
paralisação geral  
dos CTT  
no próximo dia 15**

Pág. 28

POR ORDEM DO M. E. I. C.

**ENCERRADA  
A FACULDADE  
DE ECONOMIA  
DO PORTO**

**P**OR ordem do M. E. I. C., foi hoje encerrada a Faculdade de Economia do Porto, na sequência do facto de a comissão directiva provisória da escola ter sido impedida de efectuar a sua primeira reunião.

Segundo conseguimos apurar, esta manhã, é possível que a reabertura daquele estabelecimento de ensino só venha a verificar-se já com a aplicação do decreto relativo à reestruturação das escolas superiores.

Pág. 19

Amanhã, feriado nacional, estão encerrados os nossos serviços, não se publicando o «Diário Popular»

# Eleições para as Autarquias

GUIA ELEITORAL

## O PAPEL IMPORTANTE DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES DE BASE

**A**s comissões de moradores e outras organizações populares de base têm um papel importante a desempenhar nestas eleições para as autarquias locais. Ao fim e ao cabo, ninguém melhor do que elas conhece os problemas e as dificuldades que as populações têm encontrado na resolução de problemas locais, por inoperância de uns e, muitas das vezes, por boicote de outros. A existência e actuação das organizações populares de base foram e são tão reais que estão reconhecidas na própria Constituição, embora limitadas nas funções e condicionadas na estrutura.

A Constituição proscreve, desta forma, em inúmeros artigos, diversos proceitos respeitantes às organizações populares de base. Assim, no artigo 264.º diz-se que, «a fim de intensificar a participação das populações na vida administrativa local, podem ser constituídas organizações populares de base territorial correspondentes a áreas inferiores à da freguesia; a Assembleia de Freguesia, por sua iniciativa ou a requerimento de comissões de moradores ou de um número significativo de moradores, demarcará as áreas territoriais das organizações referidas no número anterior, solucionando os eventuais conflitos daí resultantes». «No artigo 265.º, referente a estrutura, está estipulado que «a estrutura das organizações populares de base territorial se-

rá a fixada na lei e compreende a assembleia de moradores e a comissão de moradores; a assembleia dos moradores é constituída pelos residentes inscritos no recenseamento da freguesia e pelos não inscritos maiores de 16 anos que comprovem, documentalmente a sua qualidade de residentes a assembleia reúne-se quando convocada publicamente, com a devida antecedência, pelo menos, por vinte dos seus membros ou pela comissão de moradores; a comissão de moradores é eleita, por escrutínio secreto, pela assembleia de moradores e por ela livremente destituída». Finalmente, no artigo 266.º, apresentam-se as funções das organizações populares de base. Deste modo, têm direito a «petição perante as autarquias locais relativamente a assuntos administrativos de interesse dos moradores; de participação, sem voto, através de representantes seus na Assembleia de Freguesia; e compete-lhes realizar as tarefas que a lei lhes confiar ou os órgãos do freguesia nelas delegarem».

Para além disso, a Constituição afirma que «o Estado, em colaboração com as escolas, as empresas, as organizações populares de base e as colectividades de cultura e recreio, fomentará e auxiliará as organizações juvenis, na prossecução daqueles objectivos, bem como todas as formas de intercâmbio internacional da juventude».



# DESÂNIMO E DESCONFIANÇA

**E'** evidente o desencanto, e até mesmo o desânimo, de grande parte das populações dos distritos de Setúbal e Santarém pelos resultados obtidos ao longo de quase três anos de Revolução. E isso porque, especialmente para as massas rurais, fazer política é realizar coisas — proporcionar boa assistência, fomentar a habitação, reparar e abrir novos caminhos e estradas, levar água aonde a não há, atribuir pensões de sobrevivência decentes aos velhos e inválidos, ensinar os ignorantes, proteger os bons dos mais cidadãos. Essas pessoas parecem não se aperceber de que algo importante, ao ponto de alterar o curso das suas vidas, terá acontecido e o Poder, que democraticamente ajudaram a eleger, merece-lhes críticas por vezes severas. Evidenciam-se, na generalidade, descrentes e desinteressadas de participar, não arriscando o que quer que seja nestas eleições para as autarquias locais. E até aquelas que se mostram decididas a cumprir o direito e o dever de votar (naturalmente, a maioria) não o farão, no próximo domingo, sem já entre si formularem desconfianças.

### DISTRITO DE SETÚBAL

ELEITORES INSCRITOS: 419 883, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 13.

FREGUESIAS: 53 freguesias com mais de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. C. P., 44,3 • P. S., 32,1 • P. P. D., 8,4 • C. D. S., 4,4 • U. D. P., 2,8 • F. S. P., 1 • M. R. P. P., 0,9 • P. C. P. (m. I.), 0,8 • M. E. S., 0,6 • A. O. C., 0,3 • L. C. I., 0,2 • P. R. T., 0,2 • Votantes, 85,1 • Abstenções, 14,9 • Votos brancos, 0,7 • Votos nulos, 2,8.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito o P. P. M. e o P. D. C. Não nos foi possível apurar se alguma lista de cidadãos independentes se apresenta às urnas, sabendo-se apenas que tal não sucede no concelho de Setúbal.

### DISTRITO DE SANTARÉM

ELEITORES INSCRITOS: 332 173, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 21.

FREGUESIAS: 161 com mais de trezentos eleitores e 4 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. S., 38,3 • P. P. D., 19,5 • P. C. P., 16,1 • C. D. S., 13,8 • U. D. P., 1,7 • F. S. P., 1,1 • M. R. P. P., 0,7 • M. E. S., 0,6 • A. O. C., 0,4 • P. C. P. (m. I.), 0,4 • Votantes, 82,3 • Abstenções, 17,7 • Votos brancos, 1,2 • Votos nulos, 4,6

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito a L. C. I., o P. P. M., o P. D. C. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 42 listas de cidadãos independentes, candidatas a Assembleias de Freguesia, não havendo na freguesia de Tancos qualquer lista de candidatas.

Coordenação de CARNEIRO JACINTO • Reportagem de CÉSAR DA SILVA

Fotos de MIRANDA CASTELA • Colaboração de MACHADO PINTO

(Correspondente do «D.P.» em Setúbal)

**dp especial**  
**Eleições para as Autarquias**

**SETÚBAL E SANTARÉM**  
**O DESÂNIMO E A DESCONFIANÇA**



Resineiros discutem o valor de um voto, o significado de uma aposta em quem não conhecem e bem pode não merecer a sua confiança

NADA havia a acrescentar a tudo quanto praticamente todo o País sabe acerca da mobilização das massas trabalhadoras para o acto eleitoral do próximo domingo, na zona industrial de Setúbal: congregados em torno de objectivos que visam, a médio e a longo prazo, a tomada do Poder pelo Povo, os cidadãos confirmavam, peremptoriamente, logo ao primeiro contacto, que ocorrerão às urnas em elevada percentagem, mas com a certeza de que lutam por um objectivo concreto e perfeitamente definido. Utilizando, portanto, o voto como uma arma. Mas, e os restantes trabalhadores, a generalidade da população de todo o distrito?

**EM QUEM CALHAR...**

Em Setúbal, na doca das Fontainhas, três produtores de artes remendam as redes que todos os dias lançam à sorte, num mar outrora rico, mas hoje depauperado pelos inúmeros atropelos (uns legais, outros ilegais) que levaram à destruição da fauna e da flora.

— Acho que estas eleições são uma coisa bem feita — diz Vitorino Augusto Pereira, que pensa "poderem as Assembleias de Freguesia cumprir uma função como a de conduzir à participação de todos na resolução dos problemas locais e a de levar ao poder central, mais energeticamente, a voz dos que têm de protestar para verem satisfeitos os seus meios.

Tem também, este homem, a consciência de que é seu dever participar e, não obstante o descontentamento pelo que os seus camaradas consideram de falta de obras em prol da classe, manifesta a determinação de usar os direitos de cidadania.

Mas, Setúbal é, ainda, a cidade a que vulgarmente se chama de *vermelha*. Mais ao sul, há outra gente, outros hábitos, outra cultura. É e por isso que, em Alcácer do Sal, um homem recusa identificar-se, depois de dizer que não votará porque *«não acredito nem quero crer...»*, e logo de seguida, a mulher (mais alta e forte do que ele), apercebendo-se de que falava para um jornal, puxou-o violentamente pelo braço, quase o arrastando, enquanto lançava olhares furibundos ao Miranda Castela, que, perante o insólito de tal atitude, assistava no casal a objectiva da sua máquina...

Alcácer do Sal, no entanto, não é isto. A juventude sabe o que pretende, por que deve ou não lutar. E ali se encontram, ainda, outras mentalidades. Como esta:

— Vou ver se a gente, assim, encontra algumas condições, pelo menos para mim, que fui bastante afectado pelo 25 de Abril. E a guarda florestal auxiliar e estou desempregado há mais de um ano, porque a herdade onde estava fui ocupado por uma comissão de trabalhadores. Puseram-me na rua, com uma acção de despejo à própria casa. — Chama-se Manuel da Rosa e pertence à freguesia de Azeituna de Barros.

Os jovens, como Luís Graça Morgado, podem fazer afirmações de outro teor. Como esta:

— A intenção é a de votar numa coisa útil e as Assembleias de Freguesia, se não forem diferentes das juntas, não serão nada. Se as eleições e a escolha dos membros das assem-

bleias de freguesia — que devem pugnar pelos interesses locais — forem feitas para benefício do povo e o povo lutar por aquilo a que tem direito, tudo isso será muito importante. Se não acontecer desse jeito e não andarmos para a frente, por nós não deixarem, é mais um engano que o povo tem. Nós, aí, a nossa rapaziada toda, pensa que se trata de mais um passo no caminho do poder popular. Mas, se eles não andarem com isto para a frente, ficaremos ainda mais enganados, será mais uma experiência sem resultados positivos.

Seria fastidioso enumerar casos desses e, fazendo-o, correr-se-ia o risco de enveredar por caminhos sinuosos e porventura conducentes a atitudes passíveis de serem consideradas reacções. Mas, em Sines, a tônica dominante foi essa e à verdade não se pode fugir, custa o que custar, custe a quem custar.

— Não sei ainda, se irei às urnas... — Custódio Catarino Oliveira.

— Não sei, talvez, mas ainda hesito muito. O poder instituído pelas eleições anteriores, a avaliar através dos resultados até agora obtidos, não me satisfaz. — Augusto Manuel Afonso Coelho.

— Não lho sei dizer se vou ou não às urnas. Ainda ignoro se votarei ou não e, votando, a que partido darei a minha confiança. Mas, com certeza, não

depoimentos nos revelavam descontentamento pelo estado de coisas e numerosas foram as pessoas que, ao falarem do seu desinteresse pelas eleições para as autarquias locais, apontavam, desde a continuação da ausência de assistência social e carências várias, até ao constante aumento do custo de vida, como razões de possível abstenção ou voto em branco. E, mais grave, numerosos cidadãos perguntaram-nos, passando de breves instantes a entrevistadores, se conhecíamos as razões que levaram os capitães de Abril a lançarem-se numa revolução que, julgam, nesta altura já o não é.

— Não sei, talvez, mas ainda hesito muito. O poder instituído pelas eleições anteriores, a avaliar através dos resultados até agora obtidos, não me satisfaz. — Augusto Manuel Afonso Coelho.

— Não lho sei dizer se vou ou não às urnas. Ainda ignoro se votarei ou não e, votando, a que partido darei a minha confiança. Mas, com certeza, não

**SABER OU NÃO SABER — EIS A QUESTÃO**

Da amostragem que até aqui se fez, não podem tirar-se quaisquer conclusões definitivas. De facto, embora a «épiflora» não haja sido dourada muitos outros

Em Santiago do Cacém, um camponês, de visita à vila, afirma que vota e vota mesmo, embora não esteja nada satisfeito com o rumo que as coisas levam.

— Nunca antes tivemos voto na matéria para votar. E, já agora, que o temos, vamos de pôr a nossa opinião naquilo que nos interessa.

Quem faz declarações deste teor chama-se Benjamim Rodrigues Maria. Outras três pessoas, duas delas desconhecidas umas das outras, contactadas rapidamente num raio de trinta metros, afirmam, com palavras diferentes, a mesma coisa. E todas evidenciam a sua desconfiança (sem, afinal, a fundamentarem devidamente) quanto aos poderes constituídos e, de um modo geral, boa dose de arrependimento pela sua contribuição na escolha.

**UM MENINO, UM CÃO, A TERNURA E A MISERIA**

De novo em Grândola, descobrimos o Toino (António), filho de pais infelizes, membro inocente de uma família humilde e devorada pela desgraça, este menino, ainda desconhecido de que são eleições, ignora o significado da palavra política. Tem por amigo um cão e desconfia de estranhos, temendo ser roubado. O animal ostenta um ar

de resineiros, constituído por dois homens, três mulheres e duas garotas, mostrara-se, co-

**OS RESINEIROS**

Uma hora antes, um grupo de resineiros, constituído por dois homens, três mulheres e duas garotas, mostrara-se, co-

tivamente, interessado em ir repartir com ele as pulgas.

Toino, a expressão do mais puro e terno amor e esperança, apresenta o pescoço marcado pelas mordeduras daquele insecto parasita. Coça-se, habituado às picadas, mas sorri — ao Castela e a mim, ao lenhador e à mulher que pretende adoptá-lo, ao vento que lhe fustiga o rosto, às vacas que apascenta, já como homem responsável (a contragosto dos pais, destruídos por aquilo a que o povo chama «roda da vida»); à chuva miudinha, à luz que lhe enche os olhos e à palavra amiga. O pequeno Toino, nos seus dez anos de privações, pouco pão e talvez farta pancada, personifica, ele e o seu amigo cão, o destino já sofrido por todo o nosso povo, ao longo de muitos séculos. E, como todo o nosso povo, apesar da fome, das pulgas, enfim, de toda uma indescrevível miséria, é a imagem do amor, da fraternidade, da esperança. E, como o nosso povo, Toino tem medo de ser roubado — que o raptem, lhe levem as vacas a outros pertencentes, dêem sustento ao seu amigo de todos os momentos.

— O caso é este: não estou muito contente. Trabalhei mais e ganhamos menos, o custo de vida é muito alto. O passado, ganhava duzentos trinta escudos por dia, enquanto este ano venço duzentos, fazendo o mesmo e mais trabalho... Mas devo ir às urnas. E vou a votar à esquerda, claro. A direita, não; à direita, para pior, não tinha jeito.

António Cordeiro é o nome do cidadão que assim nos fala. A sua camarada Dionilde Maria Luis expressa o mesmo sentimento. Um e outro manifestam desconfiança em relação à concorrência interpartidária, e pensam poder prejudicar os interesses do Povo. E manifestam-se pela unidade dos excluídos como eles.

Uma das garotas conta, apeirados o Toino (António), 13 anos, e todo o grupo de acordo em que ainda seria frequentar a escola, por demasiado jovem para exercer o trabalho que faz «enxertos e nestas chapadas».

Dizem-me saber o que é o tomar o Poder: ensinam, mesmo, no local de trabalho, a teoria da vida — com

se as pessoas que as integram não defenderem interesses partidários, mas sim os da generalidade dos eleitores que as elegeram.

Dois cidadãos do Montijo afirmam que irão às urnas, por terem a consciência de que se trata de um dever cívico e sabermos o que desejam e para onde pretendem caminhar. No entanto, ambos são unânimes em afirmar que as Assembleias de Freguesia e Municipais não resolverão nada...

— Não sei, não percebo nada. Só entendo que o trabalhador rural precisa de melhor vida.

— Mas, eu e muitos dos meus camaradas julgamos — afirma — que podem motivar, a longo prazo, profundas alterações. Trata-se, de facto, de uma forma de mobilização das pessoas em torno de objectivos concretos que nos propo-nhamos atingir. Mas, atenção, as eleições burguesas dizem-nos alguma coisa apenas nesse aspecto e sabemos bem que o poder popular só se atingirá com a força das armas. O fascismo avança de novo, a passos largos, com as autoridades a demonstrar incompetência para o travar, se é que em parte, não se são cúmplices desse avanço. Mas, um dia, com a mobilização e o desencanto proporcionados por estas e outras eleições, tornar-se-á possível ao povo tomar o poder.

Em Vale de Cavalos, um comerciante, Jorge Moreira Ferreira, diz que para a população da zona está tudo bem, embora hoje seja um bocado exigente...

— Mas, como é tudo gente habituada a sofrer, apesar de exigente...

(Continua na pág. seguinte)



Toino, um menino de Grândola que, perante desconhecidos, foge com medo de ser roubado. No entanto, ele é o símbolo, tanto da mais negra miséria como da mais terna esperança...

Almeida e José Afonso Silva Barroso.

**SANTARÉM: EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO OU DO CAMINHO DA REVOLUÇÃO?**

No distrito de Santarém, Benavente é a primeira localidade onde procuro recolher opiniões acerca das eleições para as autarquias locais. Que disseram, aos jornalistas, os cidadãos desta vila? Por exemplo:

— Está-se a transformar esta campanha eleitoral num somatório de ataques cerrados entre grupos políticos, mais fortes ou menos fortes. Mas se, na generalidade das reuniões, se conseguisse, como já se conseguiu aqui, para a elaboração do programa de uma dada lista, levar as pessoas (independentemente das suas opções políticas ou religiosas) a discutir previamente os problemas que nos afligem, apresentando-se as diferentes perspectivas, toda a gente se entenderia perfeitamente — do que resultaria a união, com desbloqueamento do sectarismo existente entre as diversas formações políticas e o avanço, a passos largos, para a democratização da vida local. Se, pelo contrário, isso continuar a ser esquecido ou subestimado, a situação continuará bloqueada e será muito mais fácil as forças que estão interessadas na democracia e no progresso virem a cair na rotina, no isolamento e, conseqüentemente, na derrota.

António José Ganhão é o nome de quem prestou este extenso depoimento.

**VOTAR, PARA QUE?**

Em Muge, Joaquim Nunes Braga começa por perguntar: — Vamos votar para quê? Depois:

— Será para a gente melhorar um pouco a nossa vida ou para continuar a viver subjugada à miséria? Para que são os votos? Se eles não repararam nos que trabalham na agricultura, nós, pelo menos, não passamos do que se vê. Vamos vo-

— Evidentemente que, se se eleger uma Assembleia de Freguesia como passando-se um cheque em branco, portanto sem se participar activamente em tudo quanto diz respeito à vida local, a democracia ficará cada vez mais em perigo, porque, então, isso significa um alheamento, um não sentir aquilo que, no fundo, a todos pertence. Assim, temos de considerar que a mobilização das populações passa pela dinamização dos órgãos

populares de base já existentes, desde as comissões de moradores às comissões de trabalhadores, associações e colectividades, o que, a não ser conseguido, impedirá a descentralização e tornará impossível a melhor operacionalidade das assembleias, enquanto a receptividade à direita e à direita reacçãoária crescerá.

— Não fica por aqui o interlocutor, que, sendo a primeira pessoa contactada no distrito de Santarém, consubstancia, nas suas afirmações, muito do que se passa (pensa) nessa região. Diz a seguir:

(Continua na pág. seguinte)

# NOTÍCIAS DA CAMPANHA

**A** quatro dias das eleições para as autarquias locais, a principal notícia será aquela que respeita à possibilidade da F. E. P. U. vir a responder às palavras proferidas pelo primeiro-ministro, a respeito daquela Frente Eleitoral, para além de se saber que os resultados do escrutínio provisório poderão vir a ser conhecidos bastante mais cedo do que inicialmente estava previsto. Por outro lado, centristas e social-democratas intensificam a sua campanha e os ataques, nomeadamente, ao Governo Constitucional.

## F. E. P. U. VAI À TELEVISÃO RESPONDER A MARIO SOARES

A Frente Eleitoral Povo Unido tem já assegurado o direito de resposta, através da R. T. P. a Mário Soares, em relação a afirmações do primeiro-ministro proferidas no decurso do programa «Linha Directa» e visando a referida Frente Eleitoral. O facto ficou acordado ontem, no decurso de um encontro realizado entre um elemento da administração da R. T. P. e uma delegação da F. E. P. U. Esta aparição na televisão poderá vir a verificar-se ainda hoje, à noite, não nos tendo sido possível confirmar exactamente esta informação até à hora de encerrarmos esta edição.

Por outro lado, e para examinar este e outros assuntos, reunem-se hoje, extraordinariamente, a Comissão Nacional das Eleições, que também recebeu, ontem, uma delegação do Povo Unido. Uma outra delegação, constituída por Eduardo Pedroso, Júlio Vidal e Rui Carneiro, avistaram, por seu turno, com o chefe de gabinete do ministro da Administração Interna, salientando a F. E. P. U. que «em qualquer dos casos foi compreendida a nossa posição, e ambas as delegações foram recebidas com muita cordialidade».

Um último comunicado da Frente Eleitoral refere que uma sua delegação foi recebida pelos conselheiros da Revolução Pizarat Correia e Vitor Alves, a quem teve oportunidade de expor a posição da Frente, não só quanto à intervenção do primeiro-ministro mas, também, quanto à arbitrária rejeição das

listas de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço pelo juiz da comarca de Torres Vedras. Informaram, ainda, das dificuldades levantadas em alguns concelhos quanto à utilização de salas para sessões de esclarecimento.

## ESCLARECIMENTO DE UM CANDIDATO

Entrou em contacto com a nossa redacção o candidato do Partido Socialista à presidência da Câmara Municipal de Rio Maior, pedindo para esclarecer os nossos leitores de que quando Carlos Costa (F. E. P. U.) referiu, no Porto, ser o candidato do P. S. naquele concelho militante do C. D. S., ter-se-á enganado, uma vez que, segundo as suas palavras, nunca teve qualquer tipo de simpatia por aquele partido, sendo mesmo militante socialista.

## SA CARNEIRO CONSIDERA O GOVERNO «SEPARATISTA» E LAMENTA QUE ESTAS ELEIÇÕES NÃO TENHAM SIDO AS PRIMEIRAS

Em Vila Nova de Gaia, a comissão concelha do P. S. D. fez a apresentação dos candidatos às autarquias do concelho, no decurso de um almoço que reuniu mais de um milhar de pessoas. Usaram da palavra Manuel Moreira, da Juventude Social-Democrata; Fernando Cabral, candidato à presidência do Município; Francisco Barbosa, Artur Nobre e Vieira da Cunha.

Encerrando os discursos, Sá Carneiro lamentou que «estas eleições não tenham sido as primeiras realizadas no nosso país, após o 25 de Abril, pois ter-se-ia evitado o golpe de quem tomou as Câmaras de assalto, para aí instalar um partido que não era democrático, como depois se revelou, que não era sequer um partido do povo português». O orador criticou, em seguida, o P. S., por se utilizar do Governo para fazer propaganda própria e, a propósito do Orçamento Geral do Estado para 1977, considerou-o de «descalabrado nacional, face ao qual se podem prever dias muito negros para Portugal, em que as despesas públicas aumentam cerca de 40 por cento e em que

o défice, que para o ano passado estava previsto em 34 milhões de contos e que foi na realidade de 50 milhões de contos, neste ano aparece, logo à cabeça, como previsto, 59 milhões de contos. Criticou o primeiro-ministro por este ter ocultado, quando há dias falou ao País, os défices do sector nacionalizado, da Previdência e dos fundos de abastecimento.

No final do seu longo improviso, e depois de ter acusado o Governo de Lisboa de «separatista» em relação às regiões autónomas dos Açores e da Madeira e dos seus órgãos de soberania, Sá Carneiro disse que o Governo «há-de cair por si próprio, pelos defeitos intrínsecos que tem, pelo pecado de orgulho que foi a sua constituição».

O hino nacional encerrou a reunião, após o que Sá Carneiro, à frente de numerosa caravana automóvel, se dirigiu à freguesia de Oliveira do Douro, em visita informal.

## APRESENTAÇÃO DE CANDIDATOS DE TRÊS FREGUESIAS

O P. S. D. promoveu também, ontem, à noite, uma sessão de esclarecimento no Teatro Variedades, no decorrer da qual procedeu à apresentação dos seus candidatos às freguesias de S. Mamede, S. José e Coração de Jesus.

A orientar a reunião encontravam-se o dr. Cunha Leal, da Comissão Política do P. D./P. S. D., e Maria Luis Salinas, ex-presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, além dos «cabeças de lista» das três freguesias acima referidas.

Depois da apresentação dos candidatos das três freguesias, e de alguns destes terem usado da palavra para fazerem aspectos e problemas locais, o dr. Cunha Leal interveio, salientando que caberá aos candidatos ao poder local, que forem eleitos no próximo dia 12, lutar para que seja operada uma autêntica descentralização que possibilite às autarquias locais ter uma acção decisiva na resolução dos problemas das suas áreas, dado serem os respectivos habitantes, que representam, quem melhor deles tem consciência.

Depois de breve evocação das

etapas percorridas pelo poder local no nosso país, o orador frisou que a implantação e consolidação deste poder é essencial para a salvaguarda da democracia, dado constituir um processo vigoroso para integrar as populações numa vivência democrática.

Seguiu-lhe no uso da palavra Maria Luis Salinas, que focou as dificuldades de vida na cidade de Lisboa, referindo-se especialmente à praga dos transportes. A propósito, frisou que a Câmara Municipal de Lisboa tem de assumir uma posição forte nas empresas de transportes públicos, a fim de serem atenuadas as dificuldades que os habitantes da capital nesse aspecto têm.

A oradora tratou ainda de outras questões que se prendem directamente com as condições socioeconómicas dos habitantes de Lisboa, tais como as dos abastecimentos, habitação e turismo.

No final desenrolou-se um animado período de perguntas e respostas.

## UM PADRE INELEGÍVEL

O padre Manuel Marques Alves, que tem a seu cargo as paróquias de Vilar de Cunhas e de Gondíades, foi declarado inelegível, pelo Tribunal da Relação do Porto, como candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto — anuncia o quinzenário regionalista «O Jornal de Cabeceiras».

Recorda-se que, segundo o artigo 4.º do Decreto-Lei 701-B/77, de 29 de Setembro passado, são considerados inelegíveis «os ministros de qualquer religião ou culto com poderes de jurisdição na área da autarquia». — (Anop)

## FREITAS DO AMARAL: «AS ELEIÇÕES SERVI- RÃO PARA MEDIR O PESO POLÍTICO DOS PARTIDOS»

O C. D. S. realizou a noite passada, no Pavilhão dos Desportos, um comício no decorrer do qual Diogo Freitas do Amaral fez um convite ao voto no seu partido, nas eleições

de domingo, na perspectiva de este não vir a respeitar apenas as razões de interesse local, mas, também, «aos aspectos nacionais que estão em jogo, dado que se apresentam as urnas os principais partidos políticos». Ainda na sua opinião, estas eleições irão servir para medir o peso político dos partidos neste momento.

O «ledeira do partido centrista referiu, então, ser importante que destas eleições saiam «lições importantes». A primeira, sob a forma de «uma nova rejeição, uma nova recusa e uma nova derrota do Partido Comunista». A segunda, um «aviso» ao Partido Socialista, a quem o povo português deverá dizer que «não está satisfeito» pela forma como tem sido governado.

No que diz respeito ao P. C. P., Freitas do Amaral proferiu severas críticas, começando por dizer que aquele partido se apresentava às eleições «disfardado e escondendo o símbolo». Continuando a sustentar a opinião de que o povo português tem de dar nova vida ao P. C. P., o presidente do C. D. S. sublinhou que se assiste a «nova ofensiva» dos comunistas contra a liberdade, e apontou, como exemplos disso, a «arrogância» dos deputados do P. C. P. na Assembleia da República, após a realização do seu congresso e o «a-vontade» de Álvaro Cunhal ao anunciar «para breve a queda do Governo» por força de «agitação e subversão».

Por outro lado, Freitas do Amaral afirmou que o P. C. P. tinha deixado de pedir o desmantelamento das redes bombásticas, desde o momento em que um militante seu foi encontrado de posse de um engenho explosivo. Falou, depois, do relatório sobre serviços, cuja publicação aplaudiu. No entanto, ainda a propósito disse que o C. D. S. exigia que aquele importante documento «não tenha como destino as gavetas de qualquer ministério, mas as bancadas dos tribunais», afirmação que o público presente no Pavilhão dos Desportos sublinhou gritando, em coro, «justiça, justiça».

O presidente do partido centrista ocupou-se, seguidamente, do «aviso» ao Partido Socialista. O povo português, através das eleições, deverá dizer que «não compreende um governo que não governa», segundo Freitas do Amaral, que se referiria, ainda, às interpretações do Gover-

no e do primeiro-ministro acerca da situação económica. No capítulo das críticas à actividade governamental frisou, também, a inexistência de «um plano de conjunto (...) capaz de enfrentar a crise e encaminhar as coisas para um futuro melhor».

Descentralização, na óptica do presidente do C. D. S., terá de supor dois tipos de transferências: a de poderes e a das verbas do orçamento do Estado para os das freguesias e municípios. Por isso, Freitas do Amaral criticou o facto de o plano de orçamento apenas contemplar as autarquias locais com cinco por cento da sua verba, e anunciou que o C. D. S. votará contra aquele projecto na Assembleia da República.

## PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DO M. R. P. P.

Pede-nos o M. R. P. P. que façamos algumas rectificações a informações por nós transmitidas nos destaques de 30 de Novembro e 2 de Dezembro. Assim, no quadro que apresentámos referente ao número de Câmaras Municipais onde o partido concorre, por lamentável lapso tipográfico (entendido por aquele partido, que a esse respeito se mostra bastante bem informado...), olvidámos as seguintes localidades: Marinha Grande, Caldas da Rainha, Bombarral, Castelo Branco, Fundão e Covilhã. Como, depois, nos servimos dos elementos já publicados para fazer o gráfico de Castelo Branco, fica justificada a razão porque dissemos que o partido não concorreria naquela cidade.

## RESULTADOS MAIS CEDI- DOS DO QUE SE PREVIA

Segundo informação que nos foi prestada pelo S. T. A. P. E., existem boas possibilidades de os resultados do escrutínio provisório virem a ser conhecidos mais cedo do que aquele deparamento havia previsto, em virtude da forma como decorreu ontem o ensaio, envolvendo todos os governos civis, o Centro de Informática do Ministério da Justiça, os C. T. T. e a Escola Prática de Transmissões. O ensaio decorreu de forma excelente, o que deixou bastante satisfeitos todos os responsáveis.

# SETÚBAL E SANTARÉM

(Continuação da pág. anterior)

E fica-se este cidadão em tamanhas reticências que nem o Miranda Castela se sente movido para a fotografia nem eu para o desfazer de um novelo que, por certo, teria muita linha.

## VOTO EM BRANCO É PROTESTO?

Depois disto, a Colegã — onde nos falamos, a propósito da votação possível na freguesia e no concelho, do acuidar do mal ou do piora.

Homem que começa por se afirmar sem temor do que quer que seja, diz-se, depois, disposto a ir às urnas com o fim de protestar, apresentando voto em branco.

Neste caso, porque as declarações podem prejudicar a sua vida profissional, omito, proposadamente, a identificação — comprometendo, assim, grande parte da verdade viva de alguém que disse, por exemplo, o seguinte:

— Não tenho confiança, nem na direita nem na cen-

tro nem na esquerda. E isso porque tudo se encontra de maneira tal que as pessoas não podem entender-se com nenhum desses agrupamentos políticos. Trata-se da trapalhada total, é o caso de ninguém se entender. Uns trabalham, para o País sair da penúria; outros, parecem fazer o contrário: no fim, uma desorganização bem organizada e com a qual nenhuma pessoa se entende.

A dar por terminada, intempestivamente, a breve entrevista:

— Que razões possibilitam o assalto, hoje, em pleno dia e à mão armada (e isto como mais um simples exemplo), às bombas da gasolina?

Recorda os muitos e muitos assaltos perpetrados, depois do 25 de Abril, em circunstâncias semelhantes. E obriga os circunstâncias, através da associação de ideais, a rememorar a pergunta até aí repetida umas quantas vezes:

— Como aparece o Movimento das Forças Armadas e porque os oficiais nele empenhados tentaram uma revolução?

— Pois. Hoje, setenta ou oitenta por cento da população

nem sequer sabe o que é democracia, quanto mais socialismo! E, os que o sabem, têm raiva áqueles que lutam por isso... Depois, como era possível uma coisa dessas, se mais de trinta ou quarenta por cento da população portuguesa não saber ler nem escrever?

Em Vila Nova da Barquinha, um homem que demonstra elevado grau de esclarecimento político, afirma, em dada altura, que pouco se poderá esperar de um poder que, levando as pessoas a acreditar nas Assembleias de Freguesia e Municipais, ainda não ratificou a vontade popular no respeitante a comissões de moradores e de trabalhadores. E lá vem, de novo, o 25 de Abril...

— Mas, estas eleições — diz ele — são um passo em frente no caminho do socialismo, porque, de qualquer modo, possibilitam a tomada do poder, localmente, pelas populações.

O nome deste homem é Carlos Macedo Gomes.

No Entroncamento, Joaquim António fala de esperanças de unidade popular, de entendimento entre todos os cidadãos, da possibilidade de avançar rumo ao socialismo, considerando

que se trata de um passo em frente, embora não decisivo nem essencial.

— Apenas uma pequena etapa, que será vencida se se conseguir que haja determinado número de Assembleias de Freguesia e Municipais ao serviço do Povo. De qualquer modo, um passo em frente no caminho da Revolução e da tomada do poder pelo Povo. E isso apesar do interesse dos partidos burgueses em dividir os cidadãos.

Ao seu lado, Dias Ribeiro expressa a mesma opinião.

Em Tomar, Euclides Borges diz que vai às urnas. Afirma que o fará com a esperança de que o agrupamento político já escolhido há-de saber zelar pelos interesses da comunidade. Mas não sabe, exactamente, o que é, tão-pouco, uma Assembleia de Freguesia.

Torres Novas. São oito horas de uma manhã chuvosa. A entrada da feira do gado, um camponês, interpelado pela reportagem, declara:

— Não. Estou a fazer conta de não votar, porque cada um puxa a brasa à sua sardinha e eu não estou para isso...

Chama-se esse homem José Manuel Rodrigues.

— Já lá fui duas vezes e não lucrei nada com isso. Continuo tudo na mesma ou pior do que antes... — afirma Jerónimo Ferreira.

Em Santarém, Luís da Silva Godinho fala de vergonhas. Mas afirma que votará, no próximo domingo, com a convicção de que a Assembleia da sua freguesia resolverá muitos problemas.

— Votar é um dever de todo o cidadão. Por isso mesmo vou às urnas. E também porque sei tratar-se de um passo em

frente para o Povo chegar ao poder — afirma, no Cartaxo, Edmundo Artur Alves Nogueira Gomes.

Na zona de Manique, um jovem diz:

— A malta, aqui, anda toda entusiasmada com isso, especialmente na Massuga, Manique ou Aveiras de Cima. Andamos todos entusiasmados com a possibilidade de tomarmos posição e assumirmos, portanto, uma atitude pública de cidadania militante que defina a vontade das populações locais.

dp especial  
Eleições para as Autarquias